



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010026-06.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **Misael Rogerio Luiz**
 Embargado: **JZK CONSTRUÇÕES LTDA e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

MISAELO ROGERIO LUIZ ajuizou os presentes **EMBARGOS DE TERCEIRO** em face de **JZK CONSTRUÇÕES LTDA e MARCIA ROSANGELA MORENO**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese, que é proprietário do imóvel penhorado na execução nº 0007607-84.84.2001 (que segue perante este Juízo entre Márcia Rosangela Moreno X JZK) desde 26/02/2008; comprou o bem de Aleksandra Gorrera Veltroni e João Carlos Luiz Veltroni, que por sua vez o haviam adquirido da executada JZK Construções. Sustentando que não registrou a escritura por falta de recursos financeiros, pediu a procedência dos embargos e juntou documentos.

A exequente/embargada (Sra. Márcia Rosangela Moreno) se manifestou às fls. 166/167 concordando com o pedido inicial.

Sobreveio réplica às fls. 173.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

DECIDO, no estado em que se estabilizou a controvérsia, por entender completa a cognição.

A princípio cabe salientar que embora o embargante insista na inclusão da exequente, Márcia R. Moreno, no polo passivo, entendendo ser desnecessário o chamado.

Nesse sentido Recurso Especial 1033611/DF, da relatoria do Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 28/02/2012:

Recurso especial (art. 105, III, alíneas “a” e “c” da CRFB). Divergência jurisprudencial não demonstrada. Ausência de cotejo analítico. Não conhecimento. Processual civil. Execução de título extrajudicial. Embargos de terceiro. Legitimidade passiva do credor. Inexistência de litisconsórcio passivo necessário entre este e o devedor. Precedente: 3ª Turma, REsp 282.674/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU 07/05/2001. (...)

Some-se que a própria exequente, Márcia, maior interessada no insucesso desta LIDE, compareceu espontaneamente aos autos concordando com o pedido inicial; apenas pleiteou a isenção do pagamento das custas, haja vista não ter dado causa ao ajuizamento da lide e pedindo os benefícios da justiça gratuita.

Assim, reconheço que no ato da penhora o bem constrito já pertencia ao embargante, terceiro de boa fé e com base no reconhecimento do pedido, torno insubsistente a penhora que recai sobre o imóvel descrito na inicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Caso tenha sido averbada a constrição na matrícula, defiro, desde já, seu cancelamento.

Traslade-se cópia dessa decisão para a execução.

Na oportunidade, defiro à embargada os benefícios da justiça gratuita, deixando de condená-la nas verbas da sucumbência, ainda mais porque não trouxe nenhum óbice ao presente procedimento e não deu causa ao ajuizamento da lide.

P. R. I.

São Carlos, 24 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**